



**Tramas para a justiça ambiental:
diálogo de saberes e práxis
emancipatórias [RIGOTTO,
R.M.; AGUIAR, A.C.P.; RIBEIRO,
L. A. D. (Orgs). *Tramas para a
justiça ambiental: diálogo de
saberes e práxis emancipatórias.*
Fortaleza: Edições UFC, 2018]**

Rafaela Lopes de Sousa
Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuma

As múltiplas expressões de inequidades e violências exigem um reposicionamento do campo científico para que caminhe em abertura e diálogo com conhecimentos presentes nas práticas sociais de povos e comunidades. O livro *Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias* traz esse debate de cunho político e social, e quer dialogar em conjunto com os “empobrecidos, os insubordinados, vulnerabilizados, marginalizados, invisibilizados, injustiçados, inconformados, rebeldes, insurgentes e lutadores” (CARVALHO, 2018, p.13).

A crise da ciência moderna vem acompanhada crises civilizatórias e da forma democrática, acirrando a urgência de se forjarem modos alternativos e emergentes de vida. Diante disso, o livro traz à tona diversas questões relevantes para a sociedade e que trazem em seu cerne o desafio de se fazer uma ciência com práxis emancipatórias dentro de uma Universidade que ainda possui bases positivistas, orto-

doxas e colonizadas. O que se destaca é a proposta de insurgência de um debate que dialogue com os territórios envolvidos nas práticas da pesquisa e que levem em consideração os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais em conjunto com a ciência, propiciando um diálogo de saberes.

Dentro desses preceitos, o livro teve seus capítulos elaborados a partir da visibilização das resistências dos grupos sociais em conflito ambiental, assim, projetando-se as práxis do Núcleo Tramas e grupos parceiros. O livro está organizado em três partes. A primeira parte debruça-se sobre os pressupostos teórico-conceituais a partir das reflexões e das leituras decoloniais, que caminham desde a compreensão de fenômenos estruturais como o neoextrativismo até abordagens analíticas sobre o papel das Universidades na construção de conhecimentos. A segunda parte explicita os métodos e metodologias e epistemologias que o Núcleo Tramas trabalha junto com os territórios, além de trazer uma visibilização de resistências no campo popular e científico. A terceira parte se propõe a discorrer sobre as dimensões dos conflitos ambientais a partir dos aprendizados junto com os territórios que o Núcleo Tramas atuou ao longo de seus 20 anos. Para finalizar, o livro se encerra com um capítulo de Laerte Pereira de Moura – que se autodefine como um leitor e que discorre sobre o que é ser Tramas no atual contexto societário.

Uma contribuição merece destaque. O livro sistematiza e analisa a experiência metodológica e de práxis acadêmica do grupo pela *desobediência epistêmica*, oriunda dos aprendizados com os territórios e suas resistências, constituindo um coletivo resistente às subordinações e violências promovidas pela lógica de mercado, a qual busca deslegitimar as lutas dos(as) indígenas, quilombolas, camponeses(as), ribeirinhos(as), pescadores(as).

Assim, o capítulo denominado *A pedagogia do território: desobediências epistêmicas e insurgências acadêmicas nas práxis do Núcleo Tramas* leva a compreender como se dá nossa relação com as práticas acadêmicas emancipatórias em diálogo com os povos e comunidades tradicionais.

Com a necessidade metodológica da proposta da epidemiologia crítica, temos nos empenhado a compreender o papel desempenhado pela ciência e pela ideologia da sociedade moderna na determinação social da saúde em contextos de conflitos ambientais, a partir do que se tem tornado evidente como tais conflitos são expressões da profunda crise civilizatória produzida pela modernidade (RIGOTTO, LEÃO e MELO, 2018, p. 347).

Nesta abordagem, o livro apresenta as reflexões e os aprendizados na trajetória de produção de conhecimento e a co-labor-ação dentro do contexto de luta dos movimentos sociais e comunidades. O capítulo evidencia desenhos metodológicos que fomentam processos de construção compartilhada de conhecimento, em íntima relação com as vivências de campo. Não se pretende forjar métodos herméticos, mas sim abrir tessituras para definições dinâmicas dos caminhos de pesquisa, sintetizando a práxis acadêmica do grupo em quatro dimensões: a) construção dialogada dos problemas de estudo; b) formação de Grupo de Pesquisa Ampliado; c) o engajamento solidário nas lutas dos sujeitos vulnerabilizados; e d) a validação e comunicação do conhecimento construído. Assim, esta práxis concentra-se na inserção junto aos territórios, redefinindo a articulação entre as esferas da formação, da colaboração social e da construção de conhecimentos.

Damos ênfase a esse capítulo por debater questões centrais para o Núcleo Tramas. É a partir da reflexão acerca do nascimento da ciência moderna e concomitantemente ao impulso do crescimento burguês que se faz a crítica ao paradigma científico da modernidade que “contribuiu para o avanço de um modelo civilizatório hegemônico” (RIGOTTO, LEÃO e MELO, 2018, p. 349). Assim, analisa o desenvolvimento da ciência sob as óticas das Epistemologias do Sul, já que na América Latina o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade. Há, portanto, centralidade da tarefa de construir e evidenciar aportes teóricos alternativos.

A busca por tais aportes impulsionou o coletivo a buscar novas formas de se fazer pesquisa e motivou o debate sobre qual ciência construir. A compreensão desta problemática conduziu a formas de pesquisa ação, pesquisa participante, construção de grupos amplia-

dos de pesquisa e outras trilhas que viabilizassem um diálogo plural e inclusivo com os sujeitos organizados nos territórios nos quais o grupo imergiu. Assim, rejeita-se a pretensa neutralidade científica para reconhecer que “os estudos descoloniais e epistemologias do Sul também têm nos desafiado a considerar perspectivas pluriépistêmicas, que acolham inclusive outros saberes, para além dos científicos (RIGOTO, LEÃO e MELO, 2018, p. 358).

É nesse aspecto que se aflora a *Pedagogia do Território* enquanto práxis acadêmica que tem seus fundamentos na prática, na reflexão, na ética e na política, pela qual se (re)constrói em diálogo com os sujeitos dos territórios. Configura-se de forma dinâmica em novas conexões entre os movimentos indígenas, camponeses(as), negras e negros, ambientalistas, ecossocialistas e feministas. Surge também em contraposição aos modelos acadêmicos ditos “Universidade Torre de Marfin” e a “Universidade Operacional”, pela qual ambas têm em seu cerne o compromisso com entidades privadas, pesquisas voltadas às demandas de mercado e produzidas com distanciamento contextual.

O desenho metodológico que se dá na Pedagogia do Território se desdobra e dialoga com a construção compartilhada de conhecimento e vai acontecendo na medida em que o diálogo com os territórios vão apontado as necessidades de conhecimento e as possibilidades do real vivido. Ou seja, as pesquisas que vão se projetando partem das demandas dos sujeitos e o constructo vai sendo traçado à medida em que a participação é coletiva. Assim, a Pedagogia do Território tem em seu cerne o diálogo intercultural e pluriépistêmico, abarcando os conhecimentos e os saberes da universidade com dos territórios atingidos por injustiças ambientais.

Assim, a insurgência ocorre principalmente contra os preconceitos presentes nas interpretações de pesquisadores sobre as populações vulnerabilizadas e as injustiças que as atingem, bem como aos sistemas de validação de conhecimento externos ao contexto de sua construção. Em sua trajetória, o grupo Tramas buscou aliar a potencialidade de seus pesquisadores com as demandas reais dos sujeitos e da vivência junto aos territórios, sendo este o cenário em que são sistematizadas análises e problemas orientadores de pesquisa.

Tal opção impõe um conjunto de desafios que acumulam desde os limites dos tempos dos programas de pós-graduação, até à desqualificação das ações do Núcleo Tramas feitas por empresas inseridas nos conflitos socioambientais acompanhados. Essas situações “nos exigem clareza de nos assumirmos enquanto sujeito político nessas disputas” (RIGOTTO, LEÃO e MELO, 2018, p. 373).

Além disso, as reações a esta práxis acadêmica surgem do próprio ambiente universitário, em momentos nos quais as metodologias são taxadas de ideológicas ou não científicas. Este modelo de reações, embora possuam pouco rigor na análise dos problemas concretos, conduz as reflexões para a questão sobre como e para quem se realiza a ciência. Neste contexto de enfrentamentos e aprendizados, foi-se incorporando uma série de objetivos em comum para o grupo, sendo eles:

- 1) Identificar contradições e fazer a crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento;
- 2) Denunciar as injustiças ambientais e os diferentes tipos de violência engendradas por entidades privadas, estatais e/ou organismo multilaterais;
- 3) Reconhecer e anunciar estratégias de resistência dos movimentos sociais e das comunidades atingidas por injustiças ambientais;
- 4) Demonstrar as limitações da ciência moderna;
- 5) Apontar elementos para a construção de uma ciência com base emancipatória, que passamos a exemplificar com trabalhos de nosso coletivo de formação, pesquisa e ação.

Põe-se o desafio de se fazer uma ciência que dialogue com os sujeitos e os territórios em conflito ambiental e que tragam as denúncias e os anúncios para o debate público horizontal e profundamente democrático. A práxis anunciada, longe de forjar modelos a serem universalmente reproduzidos, quer levantar questões e abrir diálogos

entre grupos acadêmicos, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais. Trata-se de refundar os caminhos do conhecimento para a construção de marcos éticos e metodológicos que avancem na perspectiva da justiça ambiental.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, A.M.P. Prefácio: Tramas emancipatórias: uma experiência contra-hegemônica no contexto universitário. In: RIGOTTO, R.M.; AGUIAR, A.C.P.; RIBEIRO, L. A. D. (Orgs). *Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias*. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

RIGOTTO, R.M.; AGUIAR, A.C.P.; RIBEIRO, L. A. D. (Orgs). *Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias*. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

RIGOTTO, R.M.; LEÃO, F.A.F.; MELO, R.D. A pedagogia do território: desobediências epistêmicas e insurgências acadêmicas na práxis do Núcleo Tramas. In: RIGOTTO, R.M.; AGUIAR, A.C.P.; RIBEIRO, L. A. D. (Orgs). *Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias*. Fortaleza: Edições UFC, 2018.